

## O FUTURO DO TRABALHO NO BRASIL E NO MUNDO\*

José Pastore\*\*

O homem moderno enfrenta um grave dilema. Como consumidor, ele deseja bens e serviços cada vez melhores. Como trabalhador, ele deseja bons empregos e altos salários. Esse é um enorme desafio para toda a humanidade porque a empresa moderna consegue atender ao primeiro objetivo, mas não ao segundo.

De fato, as inovações tecnológicas e as mudanças administrativas têm permitido produzir muito. Nos últimos 15 anos, os produtos melhoraram de qualidade e baixaram de preço. Mas tudo isso foi feito com menos mão-de-obra. Ou seja, os novos métodos de produção usam pouco trabalho, geram desemprego, subempre-go, jornadas de tempo parcial, trabalho temporário e outras formas atípicas.

O desemprego no mundo não é determinado apenas pelos métodos que poupam trabalho. Ele é causado também pela escassez de capitais para investimentos e pela carência de mão-de-obra qualificada para trabalhar nas novas condições de tecnologia e de administração.

\* Apresentado originalmente na abertura do Fórum A Escola Básica e o Mercado de Trabalho, em 25-29/10/94.

\*\* Sociólogo, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, assessor da Confederação Nacional da Indústria.

A população mundial é de quase 6 bilhões de pessoas. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que cerca de 900 milhões de seres humanos estão desempregados ou subemprega-dos. É um número fantástico! O mais grave é que iniciaremos o terceiro milênio sem a menor possibilidade de absorver essa massa gigantesca de pessoas que precisam trabalhar. Esse é um dos mais graves problemas do mundo.

No Brasil, somos 150 milhões de habitantes; 70 milhões são pessoas economicamente ativas. Cerca de 20 milhões de brasileiros estão desempregados e subempregados. O desemprego aberto não é tão alto. São 4 milhões de pessoas. Mas, os que trabalham de forma errática e intermitente, com jornadas e salários reduzidos, somam quase 16 milhões. E se considerarmos os que trabalham no mercado informal, sem carteira assinada, como empregados ou como autônomos, esse número chega à espantosa marca de 38 milhões de brasileiros.

No mundo inteiro, as novas tecnologias e as exigências de proteção ambiental tornaram a geração de emprego um empreendimento extremamente caro. No Brasil, para se gerar um emprego, os investimentos necessários chegam a US\$ 30,000 em média. Há empregos mais baratos como, por exemplo, os da agropecuária. Mas não tão baratos, pois as tecnologias químicas, mecânicas e biológicas são indispensáveis para se alcançar os padrões de produtividade que são necessários para melhorar os produtos e baixar os preços. Há empregos mais caros, especialmente, os do setor industrial que demandam muitos investimentos em infra-estrutura, equipamentos, proteção ambiental, etc. Muitos ultrapassam US\$ 100,000.

O Brasil precisa gerar cerca de 2 milhões de empregos anualmente só para atender aos que ingressam no mercado de trabalho — sem considerar o estoque de desempregados e subempregados até aqui acumulado. Considerando-se a média de US\$ 30,000 por emprego, isso significa que, para gerar esses 2 milhões de empregos, as empresas precisam investir a assustadora soma de US\$ 60 bilhões de dólares por ano. Só isso representa 12% do nosso PIB. É um número monumental. Nos últimos anos, temos crescido cerca de 4% ao ano — o que significa um acréscimo de US\$ 19 bilhões. Isso está muito longe dos referidos US\$ 60 bilhões.

Além do mais, eles têm de ser usados para cobrir várias outras despesas, inclusive o pagamento de juros de dívidas.

Realmente gerar empregos é um empreendimento caro quando se leva em conta as novas condições de produção. Na década de 70, o Brasil tinha condições de criar um emprego com US\$ 10,000. Na década de 80, isso subiu para US\$ 15,000. Hoje, são US\$ 30,000. Esse crescimento é mundial. Nos últimos três anos, a economia americana se recuperou de uma recessão grave. Nesse período, o país gerou cerca de 5% de empregos. No passado, uma recuperação como essa teria gerado quase 12% de empregos (Business Week, 19-09-94).

Além do custo das tecnologias produtivas e da proteção ambiental, a geração de empregos é afetada pelo custo de contratar e descontratar a mão-de-obra. Ao longo das décadas de 50 e 60, muitos países elevaram substancialmente as proteções legais e os encargos sociais do trabalho. Isso afetou particularmente a Europa onde os contratos coletivos eram negociados de forma

muito centralizada (setorialmente) com longos períodos de duração e muitos benefícios colaterais — sem contar a generosa proteção legal. Nos Estados Unidos, a legislação nunca teve o caráter protecionista das leis européias e a maioria dos contratos coletivos foi e continua sendo negociada por empresa, com muita flexibilidade. O Japão seguiu o mesmo padrão. Os Tigres Asiáticos sempre gozaram de uma enorme flexibilidade devido a uma incipiente legislação e a uma ética do trabalho que enfatiza longas jornadas, muita garra e um elevado espírito de abnegação.

Quanto mais regulamentado é o país, maior é a dificuldade de gerar empregos nos dias atuais e mais altas são as taxas de desemprego. Na Europa, há casos de mais de 20% de desemprego (Espanha) enquanto que nos Estados Unidos a taxa é de 6%; no Japão, 2%; Coreia, 2%; Taiwan, 1,5%; Hong Kong, 1%.

Mas, a Europa entrou em cheio na era da desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho. Quase todos os países vêm simplificando a legislação trabalhista e previdenciária, reduzindo os encargos sociais, reciclando mão-de-obra e negociando contratos em nível de empresa.

O Brasil, que nasceu do sistema europeu, continua muito regulamentado. Os brasileiros acreditam que se colocando mais e mais direitos na Constituição e na CLT os trabalhadores estarão melhor protegidos. É a ideologia do "garantismo legal". A realidade, porém, mostra o inverso. Antes da Constituição de 1988, o Brasil já tinha uma parcela imensa da sua força de trabalho no mercado informal: cerca de 45%. Depois disso, quando se criou uma série de novos direitos no campo da Constituição, o mercado informal saltou para 55%.

A ideologia do "garantismo legal" está sendo desmentida. A realidade mostra que proteção exagerada vira discriminação. Os encargos sociais decorrentes da Constituição e CLT, no Brasil, somam a 102% do salário enquanto que nos países mais avançados isso fica em torno de 35-40%. Encargos altos e rígidos dificultam o emprego formal e induzem as empresas a buscar automação ou trabalho informal.

Bastam estas considerações para constatar que o Brasil e o mundo estão com muita dificuldade de gerar empregos que se fazem necessários. O que será do nosso futuro então? Quem vai conseguir trabalhar no dia de amanhã?

Tudo indica que o mundo do trabalho do próximo milênio será completamente diferente do mundo atual. Para começar, o próximo milênio vai sacramentar a "morte do emprego" que já começou a acontecer. Não confundam com a morte do trabalho. Este vai continuar porque haverá muitas coisas a serem feitas. Mas o emprego está condenado a morrer.

Quando falo de emprego, refiro-me àquela atividade continuada, exercida por uma pessoa numa mesma empresa, por muito tempo, e em tarefa específica. Isso vai acabar. As novas tecnologias vão revolucionar o mundo do trabalho. As atividades serão exercidas de forma intermitente; na empresa ou fora dela. Os seres humanos trabalharão em projetos que têm começo, meio e fim. Terminado o projeto, eles passarão para outros projetos, na mesma empresa ou em outra — ou até mesmo em casa — é o teletrabalho.

Nos referidos projetos, as pessoas serão demandadas a ser polivalentes. O mero adestramento em determinada profissão

não mais será suficiente para qualificar a pessoa para trabalhar em um projeto complexo. Já há inúmeros sinais disso nos dias atuais, até mesmo dos setores até então considerados rudimentares em termos de tecnologia. Na construção pesada, o tratorista está sendo demandado a operar o trator, fazer a sua manutenção e, em muitos casos, a reparação do mesmo. Na construção civil, o mesmo trabalhador tem de realizar 5, 6, 7 tarefas que, antes, eram realizadas por profissionais específicos.

Já entramos no mundo da multifuncionalidade. E esta será a marca do próximo milênio. Nesse mundo não haverá trabalho para mão-de-obra não qualificada assim como não haverá trabalho para quem foi qualificado na filosofia do adestramento — que só sabem fazer uma coisa.

Tradicionalmente, a teoria econômica dividia o tempo do homem em duas partes: trabalho e lazer. Cada vez que ele, voluntariamente, diminuía o trabalho, aumentava o lazer e vice-versa. No mundo do futuro, o seu tempo será dividido em três partes: trabalho, lazer e aprendizagem. O constante avanço da revolução tecnológica exigirá dos seres humanos a dedicação de uma grande parcela de seu tempo para aprender a dominar as inovações. Nesse mundo só haverá lugar para quem for capaz de aprender continuamente. Não haverá lei, sindicato ou partido que possa tornar atrativa aos empresários a mão-de-obra despreparada.

O que acontece na produção, acontecerá também na administração. As pessoas serão demandadas a realizar várias tarefas. Veja o caso da secretária. No passado, esperava-se dessa profissional uma boa datilografia e um certo senso de organização. Hoje, ela precisa dominar os processadores de texto que evoluem a cada

dia; ter boa redação; conhecer línguas; conhecer um pouco de contabilidade; ajudar a controlar custos; organizar viagens; manusear máquinas sofisticadas de xerox, fax, modem; ter habilidade para persuadir pessoas e várias outras habilidades.

No passado, essas atividades eram realizadas por um time de 4/5 pessoas. Hoje é uma só. E por isso que as hierarquias encolhem. As responsabilidades passam para a base. Os chefes tornam-se desnecessários. Aliás, a chefia é uma categoria em rápida extinção.

Mas, vejamos o que será do trabalho no Brasil. Estamos em vias de estabilizar a nossa economia. Isso tem enormes implicações para o trabalho e para a educação. Até pouco tempo atrás, com taxas de juros reais que ultrapassavam 25% ao ano (acima da inflação), o Brasil era o maior paraíso fiscal do mundo. Quem se dispunha a tomar dinheiro emprestado, a taxas exorbitantes, para montar uma fábrica sabendo que, uma vez pronta, ela iria render um décimo dos juros pagos?

Com a estabilização da economia, a ciranda financeira deixará de ser atraente e os capitais passarão a se dirigir para a produção, gerando empregos. Além disso, com uma economia estável, o Brasil atrairá também uma grande quantidade de capitais estrangeiros que aqui chegarão não mais para participar da jogatina financeira, mas para investir em produção e gerar empregos. Se o Brasil usar uns US\$ 20 bilhões de capital nacional e atrair uns US\$ 20 bilhões de capital estrangeiro para as atividades produtivas, estaremos criando cerca de 1,5 milhão de empregos a cada ano — podendo até crescer, com um aumento progressivo dos investimentos. Isso é animador.

Quais setores que seriam mais beneficiados? Quais as profissões mais demandadas? Que tipo de multifuncionalidade pode ser esperada?

A falta de dados impede responder a essas questões com precisão. O Ministério do Trabalho dos Estados Unidos tem um departamento exclusivamente voltado para tratar dessas questões (Departamento de Projetos de Emprego do Centro de Estatísticas do Trabalho). Seus técnicos vêm levantando dados desde a década de 50. Com base nisso, eles fazem projeções da expansão ou redução de setores e profissões em cenários de crescimento econômico baixo, médio e alto.

Nós não dispomos de tais serviços. O máximo que se pode fazer é especular sobre o futuro. Mas, como o Brasil já faz parte da economia global, as tendências dos países mais avançados podem servir de base inicial para uma especulação doméstica. Isto está longe de ter o rigor exigido pelo método científico. Apresentarei aqui um esforço modesto de especificar as grandes tendências do mercado de trabalho ficando para mais tarde as correções dos desvios.

Com base em todas estas restrições, o que se pode dizer do nosso mercado de trabalho para os próximos 10 anos, ou seja, até o ano 2005?

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que as pessoas que vão entrar no mercado de trabalho no ano 2005 já nasceram. Estamos perguntando, assim, o que vão fazer as nossas crianças que hoje têm 10 anos e todos os adultos que têm até 50 anos de idade.

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995

A força de trabalho no ano 2005 será composta, portanto, da força de trabalho atual, mais os que vão entrar e menos os que vão sair. Levando-se em conta os padrões demográficos atuais e o crescimento da população economicamente ativa, naquele ano, a força de trabalho brasileira será de aproximadamente 95 milhões de pessoas. O que elas vão fazer? Quais serão as melhores oportunidades?

Considerando-se a hipótese acima de investimentos progressivos, uma taxa de crescimento econômico da ordem de 6% ao ano e a nova relação entre investimentos e empregos, o Brasil deverá gerar uns 20 milhões de posições de trabalho nos próximos 10 anos. Esse crescimento deverá ser mais acelerado no setor de serviços (incluindo comércio) e menos no industrial e agrícola. Hoje em dia, cerca de 53% da força de trabalho está nos serviços (inclusive comércio); 24% na indústria; e 23% na agropecuária (inclusive pesca e mineração).

E bem provável que a participação na agricultura, pesca e pecuária caia gradualmente para uma média do período de 16%; a industrial para 22%; e que a de serviços (incluindo comércio) venha a subir para 62%. Isso significa que dos 20 milhões de empregos a serem criados, 3,2 milhões serão na agricultura; 4,4 na indústria; e 12,4 nos serviços.

Dentro do setor de serviços, os subsetores que prometem crescer de forma mais intensa são: serviços de saúde, educação, hospedagem, alimentação, entretenimento, seguros, administração, importação, exportação, corretagem imobiliária e atividades financeiras em instituições não bancárias.

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995

No setor industrial, o subsetor mais promissor é o da construção civil e pesada, voltada para a infra-estrutura. O restante da indústria, no agregado, deverá aumentar muito a sua produtividade e gerar poucos empregos em relação ao capital investido. No período de 1988-1994, o setor industrial aumentou a produtividade em cerca de 5% ao ano. Esse padrão deve continuar.

Em todos estes setores, porém, as oportunidades de trabalho só poderão ser preenchidas por pessoas educadas. Tomemos o exemplo da saúde. As deficiências atuais são brutais, tanto no campo da terapia como no da prevenção. Basicamente, saúde é atendimento humano. Além disso, as novas tecnologias médicas permitem diagnosticar doenças até então não diagnosticáveis e não tratáveis. Isso prolonga a vida das pessoas e cria a necessidade de profissionais para lidar com os novos equipamentos. O prolongamento da vida, por sua vez, demanda não só serviços de saúde, mas também de seguros, assistência social, psicologia, administração, lazer, hospedagem, entretenimento e governo. Ou seja, a saúde puxará uma série de outras atividades.

O prolongamento da vida deverá aumentar também o consumo de vários produtos (medicamentos, dietéticos, vestuário, etc), mas, neste caso, os ganhos de produtividade ofuscarão a geração de empregos.

Em termos ocupacionais, os próximos 10 anos deverão mostrar um aumento na demanda por administradores, técnicos e profissionais liberais. Em contrapartida, haverá uma diminuição de demanda por lavradores, pescadores, ordenhadores, pecuaristas, mineradores, carregadores, *office-boys*, auxiliares de administração e operadores de máquinas convencionais. De um modo geral,

espera-se um aumento de demanda por pessoal com educação pós-secundária e um declínio dos que têm menos que isso.

Em cada um dos dois universos, porém, haverá variações e exceções. Por exemplo, o campo da administração deve ser promissor, mas o trabalho para as chefias intermediárias deve cair devido ao processo de reestruturação das organizações. O mesmo ocorrerá com o pessoal de apoio administrativo de baixa qualificação (datilógrafos, telefonistas, guardas, seguranças, serviços gerais).

No campo da informática há uma expectativa de aumento para a maioria das profissões exceto para programadores e processadores de texto, gráficos e cálculos, pois a sofisticação dos *softwares* permitirá que o usuário faça tudo sozinho. Crescerá, porém, a demanda por cientistas, engenheiros e analistas de sistemas e todas as profissões ligadas ao uso do computador como instrumento de diversificação de produção, melhoria da qualidade, aumento da produtividade e atendimento à educação e saúde.

No setor de comércio espera-se um aumento da demanda por vendedores e compradores, mas um declínio de almoxarifes e administradores de armazéns, pois os estoques serão controlados por computadores.

No setor agrícola prevê-se um declínio geral nas profissões atuais, mas um aumento de demanda por pessoal de jardinagem e protetores ambientais, inclusive de animais (peixes, aves e domésticos).

No setor industrial antecipa-se um declínio da demanda para a maioria das profissões, mas um aumento de demanda para técnicos eletrônicos, eletricitas, encanadores, mecânicos, fresa-

dores, marceneiros e outros que venham a se envolver com serviços de manutenção de empresas e aparelhos de uso doméstico e administrativo.

De um modo geral, tenderão a declinar as profissões que independem de grande contato com outras e a crescer as que envolvem uma intensa interação — agentes de viagem, agentes de seguros, recepcionistas de hotel, garçons, *mâitres*, professores, advogados, assistentes sociais, pessoal de saúde (em especial enfermeiros e paramédicos) e pessoal voltado para crianças e velhos.

Dentre as ocupações que independem de contato humano, as que mais declinarão são as do setor industrial: montadores de equipamentos elétricos, eletrônicos e de precisão; operadores de máquinas; reparadores; operadores de computadores, etc.

No setor bancário, espera-se um grande declínio nos caixas, atendentes, pessoal auxiliar de administração e até mesmo profissionais de venda. Todos eles serão grandemente substituídos pelos computadores e pelos "cartões inteligentes" que executam ordens e tomam decisões programadas pelos clientes.

O mundo do futuro será permeado por um grande número de profissionais autônomos de vários níveis de multifuncionalidade. Eles envolverão atividades nos campos da administração, cuidados pessoais (crianças, doentes e velhos), reparação e manutenção, treinamento e educação, compras, vendas, corretagem, etc.

Está claro que o mundo do futuro exigirá muita educação e profissionais polivalentes, multifuncionais, alertas, curiosos —

pessoas que se comportam como o aluno interessado o tempo todo. Os locais de trabalho e a própria casa parecerão escolas onde se estuda e se aprende de forma continuada.

A produtividade do trabalho deverá aumentar de forma brutal. Com mais informações, estudo contínuo e interação intensa com pessoas bem informadas — tudo isso tornará as pessoas altamente produtivas. A renda nacional deverá dar grandes saltos. A distribuição da renda deverá melhorar. As pessoas trabalharão menos e ganharão mais — ou, pelo menos, igual ao que ganhavam quando trabalhavam nas então superadas condições de emprego fixo em determinada empresa.

Tudo isso é especulação baseada nos sinais e tendências atuais. Mas uma coisa é certa: o Brasil terá que escolher entre muita educação e pouco trabalho; alta competência ou baixos salários. Quanto menos educada estiver a população, maior será o cinturão de pobreza e miséria do seu país.

Nessa corrida, já estamos atrasados. Enquanto que 2/3 da mão-de-obra brasileira possuem menos de quatro anos de escola, nos Estados Unidos, essa parcela tem mais de 12 anos; no Japão, 11; nos Tigres Asiáticos, 10.

A máquina a vapor e o motor elétrico são símbolos das duas primeiras revoluções industriais. A educação universal, o computador e as telecomunicações sintetizam o que será a terceira revolução industrial. Nas duas primeiras, a trajetória de produção baseou-se em decompor uma tarefa complexa em várias tarefas e alocar um trabalhador para cada uma delas. Nesse modelo, a maioria dos trabalhadores não precisava ser educada — mas,

apenas, adestrada para fazer a mesma coisa ao longo de toda a sua vida. Hoje, a velocidade das transformações tecnológicas e administrativas demanda uma grande amplitude de conhecimentos e, sobretudo, uma boa capacidade de aprender cada vez mais.

O que vale para a mão-de-obra de produção vale também para os demais tipos de mão-de-obra. Tudo indica que mais de 70% do trabalho do futuro vão requerer uma sólida educação geral — uma educação que seja capaz de fornecer aos trabalhadores: lógica de raciocínio; compreensão dos processos; capacidade de transferir conhecimentos; prontidão para antecipar e resolver problemas; condições para aprender continuamente; conhecimento de línguas; habilidade para tratar com pessoas e trabalhar em equipe.

Pesquisas recentes mostram que os empresários que, no passado buscavam o trabalhador bem adestrado, hoje em dia, estão atrás do trabalhador bem educado. O adestramento é secundário. O binômio atual é educação e trabalho. Por isso, os investimentos em mão-de-obra têm que ir muito além do mero treinamento — têm de partir da educação básica de boa qualidade e chegar na formação profissional completa.

Para o Brasil, esse é um desafio gigantesco. O país se debate ainda com o problema do analfabetismo que, formalmente, atinge cerca de 20% da população. Mas, o conceito de alfabetização mudou muito nos últimos 10 anos. Antes, era considerada alfabetizada a pessoa que assinava o nome e sabia ler e escrever coisas básicas. No novo mundo do trabalho, porém, é alfabetizada a pessoa que consegue ler um manual, pois isso é absoluta-

mente fundamental para continuar trabalhando. Ao adotarmos esse novo conceito, não tenho dúvidas em dizer que cerca de 50% da nossa força de trabalho é analfabeta.

Essa é a meta a ser alcançada. Literalmente, o Brasil precisa alfabetizar cerca de 50% da sua força de trabalho — atual e futura. Como a tarefa é evidentemente gigantesca, ela só poderá ser realizada com base na escola e em mecanismos auxiliares.

A alfabetização do Brasil requer a mobilização de toda a sociedade e o uso dos mais modernos métodos de comunicação. Com base nisso, temos todas as condições de atingir essa meta em pouco tempo. A Coreia levou 30 anos numa época em que não se usava a televisão e as telecomunicações para educar as pessoas. O Brasil, com base nas novas tecnologias e na imensa vontade de acertar que está dentro de cada um de nós, haverá de realizar tudo isso em 10 anos.